

Marcelo Badaró Mattos¹

Classes sociais e luta de classes: a atualidade de um debate conceitual

Resumo: O artigo procura sintetizar a tradição analítica do materialismo histórico a respeito dos conceitos de classes sociais e luta de classes. Particular ênfase é conferida aos estudos da história social britânica, especialmente à contribuição de E. P. Thompson. Discutem-se também as teses recentes sobre o fim da centralidade do trabalho e das classes sociais.

Palavras-chave: Classes sociais; luta de classes; materialismo histórico.

Abstract: The article intends to resume the analytic tradition from historical materialism in respect to the concepts of class and class struggle. Particular emphasis is given to the British social history, especially to the contribution of E. P. Thompson. The recent thesis about the end of the work central place and the end of the working class are also discussed.

Key-words: Social class; class struggle; historical materialism.

O conceito de classe social e de seu par correlato – ao menos nas análises referenciadas no materialismo histórico – de luta de classes já viveu momentos de maior prestígio no debate acadêmico. Hoje, não é raro encontrar análises que procuram relativizar, ou mesmo negar, a validade analítica de seu emprego para o entendimento das sociedades contemporâneas. Há mesmo os que sustentam a inadequação do conceito para o estudo de qualquer realidade histórico social. Neste texto, partimos de um ponto de vista oposto, sustentando a importância desse par conceitual para o entendimento da vida social, passada e presente. O caminho da análise é o da recuperação histórica dos conceitos, apresentando algumas das contribuições mais significativas para o debate sobre eles, em especial no campo do marxismo.

¹ Professor titular de História do Brasil da Universidade Federal Fluminense

A expressão *classe* remete à idéia de parte específica de um conjunto maior, de grupo ou de categoria. Sua utilização para definir grupos sociais é anterior, mas, para os termos deste ensaio, basta recuar ao fim do século XVIII, quando o Abade Sieyès escreveu *O que é o terceiro estado?*. Referia-se, quando falava em classe, às quatro categorias correntes de trabalho – agricultura, indústria, comércio e serviços –, pois o termo *classe* tinha o sentido de categoria, em contraste com *ordem* ou *estado*, que designavam grupos definidos a partir de critérios hierárquicos, hereditários e de solidariedade.²

Ao longo do século XIX, os franceses passaram a se referir à expressão em termos de relações entre grupos baseadas em desigualdades: “classe dominante”, “classe burguesa” ou “classe trabalhadora”. Porém, até o fim do século, a maior parte das referências à *classe* por parte dos próprios trabalhadores tomava o termo por sinônimo de profissão ou ofício: “classe dos tipógrafos”; “classe dos metalúrgicos”; “classe dos mineiros” etc.

Na Inglaterra, o termo *classes trabalhadoras* (*working classes*) era amplamente utilizado no início do século XIX, num sentido semelhante ao do uso do termo *classe* na França, para designar o conjunto de trabalhadores pobres em suas diversas categorias profissionais. Por volta dos anos 1840, conforme constatou Asa Briggs, começa a ampliar-se a utilização da expressão *classes trabalhadoras* (*working class*), denotando em seu uso um sentimento de solidariedade interno ao grupo social e de oposição a outros grupos, numa apreensão nova da natureza das desigualdades sociais (BRIGGS, 1960, p. 43).

Classe e luta de classes em Marx e Engels

Tendo em vista essa relação entre palavras e movimentos, a transformação no uso do termo classe, tendendo a indicar uma nova categoria de análise da realidade social, capaz de dar conta das desigualdades econômico-sociais na sociedade capitalista, indica um momento de auto-representação consciente dos trabalhadores sobre sua situação social, interesses comuns e oposição de interesses em relação à(s) outra(s) classe(s). Tal processo, cuja natureza política é inegável, relaciona-se à expansão das propostas socialistas. Em seu bojo surgiriam justamente aquelas perspectivas de interpretação da realidade social defendidas por Marx e Engels, desde a década de 1840, que reforçariam o emprego das categorias de análise e das auto-representações associadas à classe entre os trabalhadores europeus da época.

Uma via de mão dupla, sem dúvida, pois, por volta de 1844, Marx e Engels já haviam tomado contato direto – participando de reuniões, trocando correspondências, formulando politicamente – com pelo menos quatro frentes dos setores mais avançados do movimento operário europeu, conforme nos mostra Michael Löwy: as sociedades secretas comunistas de Paris; a Liga dos Justos; o cartismo inglês; e a revolta dos tecelões silesianos em meados de 1844 (LÖWY, 2002, p. 109). É a partir dessa inserção no movimento da classe operária que podemos entender melhor aquele momento inicial da proposição do materialismo histórico, percebendo

² Abbé Sieyès. *O que é o terceiro estado?* Citado por Sewell Jr.; 1980, p. 282.

o chão social da leitura nova e da superação que Marx empreende da economia política clássica, da interpretação da sociedade dos “socialistas utópicos” e da dialética hegeliana, que caracterizaria, ainda segundo Löwy: “A síntese dialética, a superação dos elementos fragmentários, esparsos, parciais, das diversas experiências e ideologias do movimento operário e a produção de uma teoria coerente, racional e adequada à situação do proletariado (LÖWY, 2002, p. 138).”

Embora seja possível observar outras matrizes de aplicação do conceito de classe social, é a partir das propostas de Marx e Engels, formuladas na década de 1840, que as ciências sociais passaram a incorporar a classe ao seu arsenal analítico e, mesmo quando divergindo do marxismo, nele tiveram o interlocutor e a referência central no debate sobre o uso do conceito.³

O conceito de classe social surgiu em Marx e Engels como o centro de sua proposta para a análise das sociedades modernas. O ponto de partida dos autores era uma constatação política de que o proletariado constituía-se numa nova força política, que acreditavam teria papel preponderante na luta pela emancipação. Quando uniram suas forças para elaborar o manuscrito da *Ideologia alemã*, Marx e Engels recorreram ao conceito de classe especialmente para definir os termos da transformação operada pela burguesia nas sociedades modernas, moldando-a pouco a pouco às suas feições – cada vez mais urbanas e mercantis – no contexto de conflito de interesses em relação à nobreza feudal. Assim, definiam:

“Os indivíduos isolados só formam uma classe na medida em que têm que manter uma luta comum contra outra classe; no restante, eles mesmos defrontam-se uns com outros na concorrência. Por outro lado, a classe autonomiza-se em face dos indivíduos, de sorte que estes últimos encontram suas condições de vida preestabelecidas e têm, assim, sua posição na vida e seu desenvolvimento pessoal determinados pela classe, tornam-se subsumidos a ela. Trata-se do mesmo fenômeno que o da subordinação dos indivíduos isolados à divisão do trabalho, e tal fenômeno não pode ser suprimido se não se superam a propriedade privada e o próprio trabalho” (MARX & ENGELS, 1986, p. 84).

Relacionando as classes ao processo de divisão social do trabalho, Marx e Engels procuravam esclarecer os fundamentos da estrutura social no capitalismo. Demonstrando que a classe, como fenômeno social, só se constituía em oposição aos interesses de outra(s) classe(s) e, portanto, tomando consciência de seu lugar social – o que podia ser o ponto de partida para um projeto político de transformação –, buscavam estabelecer as bases de uma teoria da dinâmica social, afirmando claramente o papel central da luta de classes, termo que não inventaram, pois que

³ É o caso de Max Weber, que analisa as desigualdades sociais a partir de três dimensões: riqueza, prestígio e poder. Para Weber, classe é uma categoria que diz respeito apenas à primeira dessas dimensões – estritamente econômica – definindo um conjunto de indivíduos que compartilham a mesma situação em relação ao mercado. (Weber, 1992).

já era empregado pelos analistas conservadores da revolução francesa. É nesse sentido que o *Manifesto Comunista* irá definir: “a História de toda a sociedade até hoje é a História de luta de classes” (MARX & ENGELS, 1982, p. 106). A associação entre os conceitos de classe e luta de classes tornava assim passíveis de compreensão tanto os fundamentos da divisão econômico-social das sociedades capitalistas, quanto a natureza do conflito social característico da maior parte da história das sociedades humanas.

A tomada de consciência pelo proletariado de seu lugar social, que Marx e Engels observavam como um processo em curso nos anos 1840, não era, entretanto, um fenômeno social de fácil explicação. Em *A Miséria da Filosofia*, Marx expressou a diferença entre a existência material da classe trabalhadora e a sua tomada de consciência, na luta de classes, através das expressões classe em si/classe para si.

“As condições econômicas transformam primeiro a massa da população do país em trabalhadores. A dominação do capital criou para essa massa uma situação comum, interesses comuns. Essa massa é, portanto, já uma classe no que se opõe ao capital, mas não é ainda uma classe para si. Na luta, da qual nós destacamos apenas umas poucas fases, essa massa se unifica, e se constitui como uma classe para si. Os interesses que defende se tornam interesses de classe. Mas a luta de classe contra classe é uma luta política.” (MARX, 1847)

Marx retomaria a questão em suas investigações sobre a França, em especial n’*O Dezoito Brumário de Luís Bonaparte*. Naquela obra, o estudo das classes, confrontado com um caso concreto, ganhava muito mais cores. A análise opera por um contínuo deslocamento do terreno da luta parlamentar-partidária, para o terreno da luta de classes, sem reducionismos, visto que, além da burguesia e do proletariado, Marx localiza na cena política os camponeses, os proprietários fundiários, a pequena burguesia, o lumpem-proletariado e mesmo o papel dos estratos burocráticos e de instituições como a Igreja, montando um tabuleiro complexo e mutável conforme os embates eram polarizados pelas posições antagônicas das classes sociais fundamentais, em uma conjuntura revolucionária.

Analisando o papel das classes, do ponto de vista da atuação política no momento crucial da revolução de 1848 e da conjuntura que a ela se seguiu, Marx retomaria a questão do grau de consciência que as classes poderiam ou não desenvolver. Embora reconhecendo a luta que a República parlamentar havia estabelecido entre uma “consciência moderna” (representada pelos mestres-escolas) e uma “consciência tradicional” (representada pelos padres), Marx observava a vitória da segunda. Percebia em sua análise que os camponeses franceses, dadas as condições de isolamento do seu modo de produção, não desenvolviam múltiplas relações entre si, o que, naquele quadro nacional e conjuntural, contribuía para uma situação marcada pela incompletude de sua constituição como classe. Nesta obra, em vez de valer-se das expressões classe em si e para si, optou por afirmar, dialeticamente, que os camponeses formavam e não formavam uma classe:

“Na medida em que milhões de famílias vivem em condições econômicas de existência que as separam pelo seu modo de viver, pelos seus interesses e pela sua cultura das outras classes e as opõem a estas de modo hostil, aquelas formam uma classe. Na medida em que subsiste entre os camponeses detentores de parcelas uma conexão apenas local e a identidade dos seus interesses não gera entre eles nenhuma comunidade, nenhuma união nacional e nenhuma organização política, não formam uma classe.” (MARX, 1982, p. 503).

Nas décadas seguintes, Marx permaneceu referenciando nos conceitos de classes sociais e luta de classes sua análise da realidade e da correlação de forças européia. Assim procurava pautar sua intervenção concreta nas lutas de classe da época, através da I Internacional e, no fim de sua vida, no debate com o que considerava serem os equívocos políticos do recém-fundado Partido Social Democrata dos Trabalhadores Alemães (SPD). Daí que, na conhecida passagem da carta a Bolte, avalie o grau de desenvolvimento da consciência de classe dos trabalhadores a partir do caráter político – “ou seja, de classe” – daqueles movimentos, em que estão em jogo interesses de todos os trabalhadores contra interesses da classe dominante:

“O movimento político da classe operária tem como objetivo último, é claro, a conquista do poder político para a classe operária e para este fim é necessário, naturalmente, que a organização prévia da classe operária, elaborada na prática da luta econômica, haja alcançado certo grau de desenvolvimento. Por outro lado, todo movimento em que a classe operária atua como classe contra as classes dominantes e trata de forçá-las ‘pressionando do exterior’ é um movimento político. Por exemplo, a tentativa de obrigar, através das greves, os capitalistas isolados à redução da jornada de trabalho em determinada fábrica ou ramo da indústria é um movimento puramente econômico; pelo contrário, o movimento visando a obrigar que se decrete a lei da jornada de oito horas etc. é um movimento político. Assim, pois, dos movimentos dos operários separados por motivos econômicos, nasce em todas as partes um movimento político, ou seja, um movimento de classe, cujo alvo é que se dê satisfação a seus interesses em forma geral, isto é, em forma que seja compulsória para toda a sociedade. Se bem que é certo que estes movimentos pressupõem certa organização prévia, não é menos certo que representam um meio para desenvolver esta organização.” (MARX, s.d., p. 266)

Naquele contexto, porém, Marx já havia avançado significativamente em sua crítica da economia política, sistematizada n’*O Capital*, passando a incluir outros

elementos de discussão na análise da política de classe que acreditava deveria embasar uma intervenção mais conseqüente nas lutas de sua época.

Percebe-se, pois, que a dimensão dinâmica do conceito de classe permaneceu importante em trabalhos posteriores de Marx, dedicados a explicar natureza da divisão social capitalista em sua dimensão econômica. No entanto, o projeto de crítica à economia política tradicional, que seria em grande parte desenvolvido n' *O Capital*, permaneceu incompleto quanto a este ponto. No que diz respeito ao conceito de classe social, o último manuscrito ("Classes" – Capítulo LII da Parte Segunda do Livro Terceiro) da obra de Marx – reconstituída neste trecho por Engels – encerra-se antes que o autor desenvolva a resposta à pergunta por ele mesmo formulada: "O que constitui uma classe?". (MARX, 1985, p. 317)

Isto não significa, entretanto, que em sua crítica à economia política Marx não tenha avançado na discussão sobre as classes sociais. Muito ao contrário. Sem a pretensão de esgotar a questão, mas apenas retomando alguns de seus aspectos, para os intuítos de um texto de síntese como este, recorremos a Daniel Bensaid, que analisa as diferentes dimensões do conceito de classe n' *O Capital*, associando-as ao movimento mesmo da obra na explicação das diferentes faces do processo de acumulação capitalista (Bensaid, 1999).

Tomando a noção de classe em Marx como "uma totalidade relacional" – "Não há classe senão na relação conflitual com outras classes" (Bensaid, 1999, p. 148) – e não como uma simples soma das unidades que a compõem, Bensaid, acompanhando o ritmo da exposição de Marx, observa que, no Livro I "a relação de classe apareceu como relação de exploração antagônica entre o operário como produtor e o capitalista como capitalista industrial, na forma da divisão entre trabalho necessário e trabalho excedente". Já no Livro II, onde desenvolve o ciclo das metamorfoses do capital, "esse processo é uma sucessão de atos de compra e de venda. A relação de exploração aparece aqui entre o operário enquanto assalariado que vende sua força de trabalho e o capitalista enquanto detentor do capital monetário. O que se acha em jogo nessa relação é apreendido sob o ângulo não mais da divisão do tempo de trabalho, mas sob o ângulo da negociação conflitual da força de trabalho enquanto mercadoria". (BENSAID, 1999, pp. 156-157) Por fim, no livro III a questão da classe reaparece no quadro do estudo da reprodução global.

A partir daí, Marx apresentaria uma perspectiva de análise que, segundo Bensaid, jamais poderia restringir o estudo da classe à simples oposição de interesses entre capital e trabalho na produção, e a característica determinante da relação de classes passa a ser compreendida na dimensão ampliada da lógica do capitalismo:

"Tratando da produção e da reprodução global, as classes já não são determinadas unicamente pela extorsão da mais-valia ou pelas categorias de trabalho produtivo e improdutivo, mas pela combinação da relação de exploração na produção, da relação salarial e da produtividade/não-produtividade do trabalho na circulação, da distribuição da renda na reprodução global." (BENSAID, 1999, p. 158)

Bensaïd ressalta que só após percorrer todo esse caminho Marx poderia, no Livro III, enfrentar adequadamente a questão das classes, ressaltando que, para dar conta de todas as suas dimensões, há ainda ausências no que foi escrito d'*O Capital*, pois, se o livro "trata do processo de produção global, ele não aborda as condições de reprodução (educação, saúde, moradia), que exigiriam introduzir como tal a mediação do Estado" (BENSAÏD, 1999, p. 159).

Por isso, para Bensaïd, a análise do conceito de classes em Marx seria completada justamente pelo seu estudo do campo político, feito em obras como a tríade sobre a França, acima comentadas: "No campo específico do político, as relações de classes adquirem um grau de complexidade irreduzível ao antagonismo bipolar que entretanto as determina" (BENSAÏD, 1999, p. 159).

Classes e luta de classes nas tradições marxistas do século XX

A busca pelas análises das sociedades baseadas em critérios de classe pode partir de uma leitura mais atenta dos textos de Marx e Engels, apenas esboçada na abertura deste texto, mas depende também de um diálogo com as análises marxistas sobre a questão produzidas ao longo do século XX.

Para diversos autores, a mais completa definição de classes sociais produzida no âmbito do marxismo foi aquela esboçada por Lenin em um escrito político posterior à revolução de 1917. Segundo ele:

"As classes são grandes grupos de homens que se diferenciam entre si pelo lugar que ocupam em um sistema de produção social historicamente determinado, pelas relações em que se encontram com respeito aos meios de produção (relações que as leis referendam e formulam em sua maior parte), pelo papel que desempenham na organização social do trabalho, e, conseqüentemente, pelo modo e proporção em que recebem a parte da riqueza social de que dispõem. As classes são grupos humanos, um dos quais pode apropriar-se do trabalho de outro por ocupar postos diferentes em um regime determinado de economia social." (LENIN, s.d., p. 504).

A definição de Lenin corresponde de fato a uma preocupação tanto com a dimensão ampliada da reprodução global do capital, destacada no comentário de Bensaïd sobre *O Capital*, que comentamos no início deste artigo, como atenta à perspectiva relacional inerente ao uso marxiano de classe.

Porém, é preciso perceber que os caminhos tomados pelo marxismo ao longo do século XX foram variados e muitas vezes mesmo antagônicos. Seguindo as pistas de Edward Thompson, é possível falar, ao longo do século XX, de dois grandes troncos que invocaram o marxismo em História: a "doutrina" marxista-leninista (adjetivo que nem Marx nem Lênin, mortos, puderam repudiar) de Stálin e os que a seguiram; e a tradição crítica do materialismo histórico (Thompson, 1981, p. 208).

No campo da "doutrina" aquela definição de Lenin seria lida de forma mutiladora e simplificadora, gerando um parâmetro de análise de classe completamente

preso ao determinismo econômico-tecnológico. Um “bom” exemplo desse tipo de simplificação pode ser encontrado na forma como os manuais soviéticos apresentavam a definição de Lenin. Cito um exemplo, em que o trecho de Lenin é reduzido e apresentado em um diagrama, composto pelos seguintes elementos, distribuídos em quatro quadrículas (aqui citamos apenas os trechos que as preenchem):

“Classes são grandes grupos de pessoas que se diferenciam entre si: pelo seu lugar num sistema de produção social historicamente determinado, pela sua relação com os meios de produção, pelo seu papel na organização social do trabalho, pelo modo de obtenção da parte de riqueza social, pelas dimensões da parte de riqueza obtida.” (*Lições*, 1984, p. 173)

Não apenas foram resumidos os termos originais de Lênin, como sua leitura é submetida a um modelo de apresentação da questão em que se destacam as definições fechadas e as determinações, ficando as classes reduzidas a um sub-fenômeno do modo de produção. O esquema parece funcionar com precisão mecânica:

“É oportuno notar que cada modo de produção se caracteriza pela sua divisão específica da sociedade em classes e o aparecimento das classes fundamentais e não fundamentais, das camadas e grupos sociais. Ao falar do segundo indício das classes (a relação com os meios de produção), [...] na sociedade antagônica ele reflete os lugares diametralmente opostos ocupados pelas classes no sistema de produção. Isto, por sua vez, engendra diferentes contradições antagônicas entre as classes. Da relação das classes com os meios de produção depende diretamente o seu papel na organização social do trabalho. [...] A relação com os meios de produção determina também o quarto indício das classes: o modo de obtenção e as dimensões da apropriação das riquezas sociais.” (*Lições*, 1984, pp. 173-174)

Embora as referências a Stálin já não estivessem mais tão presentes nas atualizações dos manuais soviéticos posteriores ao fim dos anos 1950, como no caso do acima citado, datado dos anos 1970, é inegável nesse tipo de concepção a força das teses stalinianas. Recorramos ao próprio, para não sacramentar uma visão fantasmagórica do stalinismo como abstração. Na obra *Materialismo histórico e dialético* (1938), há uma exemplar síntese de sua explicação da evolução das sociedades humanas pelo modelo do “quatripartismo”, da sequência de modos de produção: com o fim das comunidades primitivas dá-se a origem do escravismo; a este se seguirá o feudalismo, por sua vez sucedido pelo capitalismo, que inexoravelmente dará lugar ao socialismo. Para explicar essa sucessão de modos de produção, duas chaves básicas: a idéia de que determinadas relações de produção correspondem ao estágio das forças produtivas (tomadas basicamente em sua acepção como capital

fixo – máquinas, equipamentos, tecnologia materializada) no período; e a noção, especialmente enfatizada em sua aplicação ao capitalismo, de que o desenvolvimento ao extremo das forças produtivas faz emergir contradições insolúveis nos marcos daquele modo de produção.

Assim, a luta de classes não é esquecida formalmente, mas aparece circunscrita às determinações objetivas dessas contradições entre o estágio das forças produtivas avançadas e as relações sociais arcaicas, nos momentos de crise do modo de produção. Trata-se, como todos os demais fenômenos da vida social, de um “fenômeno natural e inevitável”:

“Se o desenvolvimento procede através da revelação das contradições internas, através de colisões entre forças opostas na base dessas contradições e da mesma forma que supera essas contradições, então está claro que a luta de classes do proletariado é um fenômeno absolutamente natural e inevitável.” (STÁLIN, 1938)

Nesses termos, a revolução, movida pelas classes oprimidas (e, portanto, a revolução socialista movida pelo proletariado), também deixava de ser uma possibilidade aberta pelas contradições objetivas no bojo da luta de classes, para se transformar em mais uma “lei natural” do desenvolvimento histórico:

“se a passagem das lentas mudanças quantitativas para as rápidas e abruptas mudanças qualitativas é uma lei do desenvolvimento, então está claro que as revoluções feitas pelas classes oprimidas são fenômenos absolutamente naturais e inevitáveis.” (STÁLIN, 1938)

Mas Stálin não foi o primeiro determinista a partir do vocabulário de Marx e Engels para propor uma explicação tão simplificadora dos fenômenos sociais. Entre os social-democratas da época da II Internacional, a leitura reducionista dos conceitos de classe e luta de classes como diretamente determinados ou derivados da “base econômica” já estava presente, o que pode ser percebido em textos da década de 1890, como em Plekhanov. Em sua análise, as determinações econômicas das diversas dimensões das classes e da própria luta de classes são apresentadas num encadeamento mecânico direto:

“As forças produtivas à disposição dos homens determinam todas as suas relações sociais. Em primeiro lugar, o estado das forças produtivas determina as relações nas quais os homens se encontram confrontados no processo social da produção, que são as suas relações econômicas [...] O desenvolvimento das forças produtivas divide a sociedade em classes, cujos interesses são não apenas diferentes, mas em muitos – e, além disso, essen-

ciais – aspectos são diametralmente antagônicos. Esse antagonismo de interesses desperta os conflitos, para uma luta entre as classes sociais. [...] Finalmente, relações sociais, determinadas pelo estágio das forças produtivas, despertam a moralidade comum, a moralidade que orienta o povo em sua vida cotidiana.” (PLEKHANOV, 1891)

Perceba-se que, ao apresentar as forças produtivas como “à disposição dos homens”, ele separa a concretização da tecnologia em máquinas e ferramentas da sua elaboração pela consciência humana executada através do trabalho. Se há nuances entre o nível das relações de produção e o da “moralidade comum”, elas são diferenças subsumidas pela determinação econômica, que atinge todas as esferas da vida social.

Ainda assim, tal tradição determinista, mesmo a partir da ascensão da doutrina stalinista, não significou, de maneira alguma, o estabelecimento de um “pensamento único” no marxismo, apesar de boa parte da crítica posterior ter feito enorme esforço para reduzir o conjunto da produção referenciada em Marx no século XX, quando não o próprio Marx, ao espectro determinista da vulgata stalinista.

Trata-se de uma operação política própria ao pensamento conservador a tentativa de reduzir qualquer marxismo ao determinismo econômico, como, aliás, já notavam alguns dos contemporâneos da própria ascensão do reducionismo de matriz stalinista e que contra ela se pronunciaram, no interior mesmo do marxismo. É o caso de Antonio Gramsci, que em seus *Cadernos do Cárcere* denunciava a associação apressada entre marxismo e economicismo, como uma manobra da crítica conservadora: “Muitas vezes acontece que se combate o economicismo histórico pensando combater o materialismo histórico.” Gramsci definia o economicismo, que ele também combatia, em termos semelhantes às idéias de “teologia” ou “doutrina”, que já mencionamos, com a analogia da superstição. Por isso, o revolucionário italiano assim localiza o “economicismo histórico” em seu debate com os pensadores italianos da época que se contrapunham ao marxismo (a filosofia da práxis):

“Em várias ocasiões afirmou-se nestas notas que a filosofia da práxis está muito mais difundida do que se admite. A afirmação é exata desde que se entenda como difundido o economicismo histórico, que é como o Prof. Loria denomina agora suas concepções mais ou menos desconexas; e que, portanto, o ambiente cultural se modificou completamente desde o tempo em que a filosofia da práxis iniciou suas lutas; pode-se dizer, com terminologia crociana, que a maior heresia surgida no seio da ‘tradição da liberdade’, tal como a religião ortodoxa, também sofreu uma degeneração, difundiu-se como ‘superstição’, isto é, entrou em combinação com o liberalismo e produziu o economicismo. Porém, deve-se ver se, enquanto a religião ortodoxa se estiolou definitivamente, a superstição herética não terá conservado sempre seu fermento que a fará renascer como religião superior, ou

seja, se as escórias da superstição não são facilmente liquidáveis.”
(GRAMSCI, 2000, p. 50).

Gramsci também pode ser tomado como exemplo do quanto avançou a discussão sobre as classes e a luta de classes, no interior mesmo do debate marxista do século XX. Em suas reflexões sobre as relações de forças, nas situações em que se constrói a hegemonia de um grupo social dominante sobre os grupos dominados, traduziu a questão da consciência de classe para o terreno da luta política em seu sentido mais amplo e exemplificou sua análise com a construção da dominação hegemônica da burguesia a ele contemporânea. O revolucionário italiano procede por distinção entre uma primeira correlação de forças – que ele denomina “social”, mais diretamente vinculada às estruturas – de outra mais propriamente política, portanto consciente e de classe, no sentido de Marx, assim apresentadas:

“O momento seguinte e a relação das forças políticas, ou seja, a avaliação do grau de homogeneidade, de autoconsciência e de organização alcançado pelos vários grupos sociais. Este momento, por sua vez, pode ser analisado e diferenciado em vários graus, que correspondem aos diversos momentos da consciência política coletiva, tal como se manifestaram na história até agora. O primeiro e mais elementar é o econômico-corporativo: um comerciante sente que deve ser solidário com outro comerciante, um fabricante com outro fabricante etc., mas o comerciante não se sente ainda solidário com o fabricante; isto é, sente-se a unidade homogênea do grupo profissional e o dever de organizá-la, mas não ainda a unidade do grupo social mais amplo. Um segundo momento é aquele em que se atinge a consciência da solidariedade de interesse entre todos os membros do grupo social, mas ainda no campo meramente econômico. Já se põe neste momento a questão do Estado, mas apenas no terreno da obtenção de uma igualdade político-jurídica com os grupos dominantes, já que se reivindica o direito de participar da legislação e da administração e mesmo de modificá-las, de reformá-las, mas nos quadros fundamentais existentes. Um terceiro momento é aquele em que se adquire a consciência de que os próprios interesses corporativos, em seu desenvolvimento atual e futuro, superam o círculo corporativo, de grupo meramente econômico, e podem e devem tornar-se os interesses de outros grupos subordinados.” (GRAMSCI, 2000, p. 41)

Gramsci é apenas um exemplo, sem dúvida um dos melhores, da tradição crítica do materialismo histórico e de como, ao longo do século XX, novas contribuições deste campo fizeram avançar o debate conceitual sobre classes e luta de classes. Uma análise mais detida nos obrigaria a comentar autores como György Lukács – tanto em sua discussão, sob o impacto da revolução soviética, sobre a

consciência de classe, e nas polêmicas que dela derivaram, quanto na obra da maturidade sobre a ontologia do ser social, envolvendo a centralidade do trabalho –, ou Walter Benjamin, em sua crítica ao determinismo e valorização da luta de classes como centro da reflexão do materialismo histórico, conforme as suas Teses sobre a história. Concentraremos a análise num desdobramento dessa tradição crítica no interior do marxismo, desenvolvido por historiadores do trabalho.

A contribuição dos historiadores

Retomamos, pois, os debates sobre o conceito de classe social, produzidos por historiadores sociais, britânicos em especial, que estudaram o processo de formação da classe e suas várias dimensões. Uma tradição ainda mais interessante para nossa discussão, porque seu momento inicial de formulação esteve marcado por um questionamento à atualidade e pela pertinência das explicações centradas na classe social para o estudo das sociedades contemporâneas, algo similar ao que encontramos em nossa contemporaneidade.

Tais aportes dos historiadores surgem justamente no contexto das décadas de 1950 e 1960, quando a diminuição das disparidades na distribuição de renda e a ampliação no poder de consumo da classe operária dos países industrializados europeus levaram alguns cientistas sociais a proclamarem o fim da classe operária e a homogeneização das sociedades de capitalismo avançado, com a afirmação de uma onipresente “classe média”.

Vários questionamentos à tese do “aburguesamento” operário foram mais tarde levantados, tendo por base estudos sobre a classe operária no mundo do trabalho, na esfera da produção, e não apenas no âmbito do mercado de consumo.⁴ Por outro caminho, Richard Hogart, com base na observação ativa de uma comunidade operária, produziu uma das contribuições mais ricas para este debate, através de uma abordagem que destacava as matrizes culturais do comportamento operário, destacando que, apesar das mudanças no padrão de consumo dos trabalhadores ingleses, persistiam padrões de comportamento e valores tradicionais de classe (Hogart, s.d.). Repercussão semelhante teve um estudo sociológico, em que se procurava estudar o impacto da nacionalização das minas de carvão e de outras reformas sociais promovidas pelos governos de maioria trabalhista sobre a vida dos mineiros britânicos. As constatações do trabalho enfatizavam que, apesar de todas as mudanças da “nova era”, as divisões de classe e sua percepção pelos mineiros haviam mudado muito pouco.⁵

Foi nessa mesma conjuntura que um grupo de historiadores, ligados às questões da classe operária pela militância política no Partido Comunista Britânico, produziu uma série de contribuições que avançavam em sentido análogo. Propunham – no interior dos marcos conceituais do marxismo – uma história não apenas econômica do capitalismo inglês, embora valorizassem a História Econômica. Forçando os limites da interpretação marxista dominante na época, enfatizavam a importância e a autonomia relativa de outros níveis de análise (político, social, cultural),

⁴ O debate sobre esta questão é resumido por Goldthorpe, 1968.

⁵ Dennis et alli, 1969. Um bom comentário sobre o livro em seu contexto pode ser encontrado em Savage & Miles, 1994, pp. 4-5.

destacando a relevância de estudos historicamente localizados em que tais níveis pudessem ser observados na sua dinâmica inter-relação.

Essa perspectiva, quando aplicada aos estudos sobre a classe operária britânica, gerou trabalhos como os produzidos por Eric Hobsbawm, para quem a “história operária é parte da história da sociedade, ou melhor, da história de certas sociedades que possuem características específicas em comum”. Parte de uma história maior de certas sociedades, a história operária seria também composta por várias dimensões:

“A história operária é um assunto multifacetado, embora os níveis de realidade ou de análise formem um todo: trabalhadores e movimentos, bases e líderes, os níveis sócio-econômico, político, cultural, ideológico e ‘histórico’ – tanto no sentido de operarem num contexto dado pelo passado quanto no sentido de que mudam ao longo do tempo em determinadas maneiras específicas.”
(HOBBSBAWM, 1987, pp. 29-30)

Vindo deste grupo, E. P. Thompson compôs, com seu *A Formação da Classe Operária Inglesa*, um estudo que, pela ênfase na dimensão cultural da classe e pela riqueza de uma análise que reconstituía importantes aspectos da vida comunitária dos trabalhadores “pré-industriais”, pode ser lido a partir de vários paralelos com o trabalho de Hoggart, apesar das diferenças significativas quanto aos marcos conceituais.⁶

Ao abordar a formação da classe de um outro ângulo, Thompson procurou articular, em um contexto histórico específico e minuciosamente estudado, a relação entre as determinações materiais da experiência de classe com os elementos culturais – no sentido de sistemas de valores, crenças, moral, atitudes – envolvidos no processo de articulação de identidades constituintes da consciência de classe. Repetindo uma das passagens mais citadas pelos historiadores nas últimas quatro décadas:

“A classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus. A experiência de classe é determinada, em grande medida, pelas relações de produção em que os homens nasceram – ou entraram involuntariamente. A consciência de classe é a forma como essas experiências são tratadas em termos culturais: encarnadas em tradições, sistemas de valores, idéias e formas institucionais. Se a experiência aparece como determinada, o mesmo não ocorre com a consciência de classe.” (THOMPSON, 1987, p. 10)

⁶ Thompson, 1987-1988. A associação já havia sido proposta pelos críticos do “culturalismo” de Thompson, que teve a oportunidade de rechaçar as críticas e de salientar as diferenças entre o marco teórico de seus estudos, e o de Hoggart, em “La política de la teoría”. In: Samuel, 1984, texto comentado adiante.

Através do conceito de experiência, sua análise buscava um nexo entre o modo de produção e a consciência: “O que muda, assim que o modo de produção e as relações produtivas mudam, é a experiência de homens e mulheres existentes” (Thompson, 2003, p. 260). Experiência seria o termo ausente nas teses em que a teoria autoproclamada marxista assumia tons mais próximos do idealismo e do determinismo. Por isso, tais teses seriam incapazes de apreender de que forma os homens “fazem sua própria história”, embora em condições que não são as por eles escolhidas. Com o conceito de experiência, Thompson acreditava ser capaz de demonstrar como:

“homens e mulheres também retornam como sujeitos, dentro deste termo – não como sujeitos autônomos, ‘indivíduos livres’, mas como pessoas que experimentam suas situações e relações produtivas determinadas como necessidades e interesses e como antagonismos, e em seguida ‘tratam’ essa experiência em sua consciência e sua cultura [...] das mais complexas maneiras [...] e em seguida (muitas vezes, mas nem sempre, através das estruturas de classe resultantes) agem, por sua vez, sobre sua situação determinada.” (THOMPSON, 1981, p. 182).

Manifestando, portanto, como princípio de análise a conexão entre as relações de produção e a consciência de classe, através da mediação da experiência, Thompson assumidamente concentrou mais esforços em discutir, através de suas pesquisas, o pólo da consciência, bem como seus condicionantes e constituintes em termos culturais e de valores morais. Segundo o próprio Thompson, a preocupação constante em sua obra com os silêncios da abordagem do social dominante entre os marxistas o levou a:

“reflexões de tipo cultural e moral, aos modos em que o ser humano está imbricado em relações especiais, determinadas, de produção, o modo em que estas experiências materiais se moldam em formas culturais, a maneira em que certos sistemas de valores são consoantes com certos modos de produção e certos modos de produção e relações de produção são inconcebíveis sem sistemas de valores consoantes. Um não depende do outro. Não existe uma ideologia moral pertencente a uma superestrutura, o que existe são duas coisas que constituem as faces da mesma moeda”. (THOMPSON, 1989, p. 315)

É neste sentido que podemos entender como Thompson procurou resgatar a questão da determinação, defendendo que há uma “simultaneidade da manifestação de relações produtivas particulares em todos os sistemas e áreas da vida social”. Partindo da assertiva marxiana fundamental da determinação da consciência social pelo ser social, Thompson recoloca-a em termos precisos, refutando a associação exclusiva entre “ser social” e “econômico” ou “base” e reintegrando à explicação o

sentido forte do conceito de modo de produção – “no qual as relações de produção e seus correspondentes conceitos, normas e formas de poder devem ser tomados como um todo” (Thompson, 2003, p. 259). Por isso, recolocando os termos da relação entre ser social e consciência social: “em qualquer sociedade cujas relações sociais foram delineadas em termos classistas, há uma organização cognitiva da vida correspondente ao modo de produção e às formações de classe historicamente transcorridas”.⁷ Pensada dessa forma, a dinâmica conflituosa do social ganha um sentido menos simplista. A categoria determinação não é excluída da interpretação, ao contrário, é reforçada, mas adquire um significado mais preciso, que permite equilibrá-la com a perspectiva marxiana da luta de classes como motor da história:

“A transformação da vida material determina as condições dessa luta e parte de seu caráter, mas o resultado específico é determinado apenas pela luta em si mesma. Isso significa que a transformação histórica acontece não por uma dada ‘base’ ter dado vida a uma ‘superestrutura’ correspondente, mas pelo fato de as alterações nas relações produtivas serem vivenciadas na vida social e cultural, de repercutirem nas idéias e valores humanos e de serem questionadas nas ações, escolhas e crenças humanas.” (THOMPSON, 2003, p. 263)

Trazendo a questão para uma análise mais concreta, em seu estudo *A formação da classe operária inglesa*, Thompson já havia apresentado esse modo de encarar o conceito, ao analisar o caso histórico inglês, destacando duas faces e dois momentos do mesmo processo de construção da consciência de classe dos trabalhadores. De um lado, a identificação de interesses comuns entre as mais variadas categorias profissionais. De outro, a identificação da oposição de interesses contra outra(s) classe(s):

“A nova consciência de classe dos trabalhadores pode ser vista de dois aspectos. De um lado, havia uma consciência da identidade de interesses entre trabalhadores das mais diversas profissões e níveis de realização, encarnada em muitas formas institucionais e expressa, numa escala sem precedentes, no sindicalismo geral de 1830-1834. Essa consciência e essas instituições só se encontrariam em forma fragmentária na Inglaterra de 1780. Por outro lado, havia uma consciência da identidade dos interesses da classe operária, ou ‘classes produtivas’, enquanto contrários aos de outras classes; dentro dela, vinha amadurecendo a reivindicação de um sistema alternativo. Mas a de-

⁷ Thompson, 2003, p. 260. A determinação do ser social sobre a consciência social é abordada também, por Thompson, em *A Miséria da Teoria... op. cit.*, pp. 16-17.

* O termo “classe média”, na Inglaterra, em especial na virada do século XIX e XX, indicava os proprietários, especialmente de fábricas e manufaturas (entre as classes altas – aristocracia e grande burguesia rural – e baixas – trabalhadores).

finição final dessa consciência de classe era consequência, em grande parte, da reação da classe média* à força operária. A linha foi traçada, com extremo cuidado, nas habilitações do direito de voto de 1832 (THOMPSON, 1988, p. 411)."

Impossível não identificar aí a proximidade com a análise das "relações de força" proposta por Gramsci e mencionada acima. Se em Gramsci os três momentos aparecem como uma sucessão de estágios, é preciso constatar que em Thompson, que também percebe momentos diferentes e os localiza no tempo, ao pensar a classe trabalhadora, não há possibilidade de existir classe – ao menos no que ele define como sua situação "madura", ou seja, quando classe é uma auto-referência para os trabalhadores, e não apenas um instrumento de análise conceitual – sem que os três momentos tenham sido vencidos.

Tais proximidades e as eventuais distinções entre as definições de Gramsci e de Thompson podem ser explicadas pela referência compartilhada às discussões de Marx e Engels sobre as classes sociais. Assim, a proposição de Thompson, que acentua a dimensão da luta de classes, encontra sua sustentação, entre outros textos, na passagem já citada da *Ideologia Alemã*, em que se afirma que "os diferentes indivíduos só formam uma classe quando se vêem obrigados a sustentar uma luta comum contra outra classe". Pela referência em Marx, entendemos também o estabelecimento do marco de 1832, com base numa luta política – "isto é, de classe".

Cabe-nos, antes de passar adiante, apresentar um conjunto de questionamentos que pode surgir dos leitores informados por algumas das concepções mais "em voga" nas ciências humanas na atualidade: por que resgatar essa origem dos conceitos de classe e luta de classes hoje, em pleno século XXI?; seriam atuais as considerações de Marx e Engels sobre o século XIX?; os desenvolvimentos posteriores do marxismo dariam conta de sustentar a pertinência da análise de classes na atualidade?; as lições dos estudos históricos sobre processos de formação de classe conservam alguma relevância para pensarmos o quadro atual? Há com certeza quem acredite que não. Devemos conhecer seus argumentos, mas para rebatê-los.

Trabalho e Classe Trabalhadora hoje?

A discussão sobre a atualidade dos conceitos de classe e luta de classes precisa ser feita tendo em vista dois eixos de análise. O primeiro deles é o recuo no seu emprego por cientistas sociais em geral e historiadores em particular. O segundo eixo diz respeito às razões pelas quais tais pesquisadores identificam na atualidade uma configuração social em que as classes sociais e suas lutas já não seriam auto-referências para os grupos humanos, ou o seriam numa escala muito limitada e secundária, o que significaria sua fragilidade como conceitos-chave para o entendimento do presente, ou mesmo do passado. Não faltaram historiadores a afirmar que a suposta perda da centralidade do referencial classista na atualidade definia a necessidade de relativizar o emprego do mesmo referencial de análise aos últimos séculos passados. Como parece proceder o britânico Patrick Joyce:

"Há um sentido forte no qual se pode dizer que a classe 'caiu'.
Em vez de ser uma categoria superior de explicação histórica, a

classe tornou-se uma palavra entre muitas, compartilhando de uma igualdade aproximada com essas outras (o que é o sentido em que entendo a 'queda' da classe). As razões desse fato não são difíceis de encontrar. Na Grã-Bretanha, a decadência econômica e a reestruturação levaram à desintegração do velho setor do emprego manual e do que era, equivocadamente, considerado como classe operária 'tradicional'. A ascensão da direita a partir da década de 1970 e a decadência da esquerda, juntamente com a dos sindicatos, apontaram para uma direção semelhante à da mudança econômica, para um afrouxamento do domínio da classe e do trabalho baseado em categorias profissionais, não apenas na mente dos acadêmicos, mas também em um público mais amplo. As mudanças ocorridas na Grã-Bretanha repetiram-se também em outros países, embora a maior mudança de todas tenha sido a desintegração do comunismo mundial e, com ela, a batida em retirada do marxismo intelectual."⁸

Ou seja, se na atualidade do autor, por várias razões, a classe "caiu", então ela também deve "cair" como "categoria superior de explicação histórica". Ainda que concordássemos com a avaliação do presente feita por Joyce (e não concordamos), não há razão lógica mais forte para supor que a retirada da classe hoje signifique a inoperância do conceito para análises de sociedades pretéritas.

As teses sobre o recuo da classe na atualidade – intimamente associadas à idéia de perda da centralidade do trabalho – são tentativas de resposta analítica a uma série de transformações pelas quais vem passando a economia capitalista em escala internacional ao longo das últimas três décadas, pelo menos. Podemos localizar a origem de tais mudanças na busca do capital por reerguer-se de uma crise estrutural, iniciada nos anos 1970, marcada pelas quedas nas taxas de lucro e crescimento econômico, mas também pelas contestações operárias ao padrão fordista de exploração do trabalho, ocorridas em vários países de desenvolvimento industrial avançado nos últimos anos da década de 1960 e nos primeiros anos da década de 1970.

As saídas para a crise implementadas pelo capital tiveram, como já havia sido experimentado em momentos anteriores, uma face mais diretamente relacionada às mudanças na organização da produção – no "chão da fábrica" –, comumente definidas como "reestruturação produtiva". Mas, lembrando a perspectiva de análise da reprodução ampliada do capital proposta por Marx, houve também uma face mais "política" deste processo, associada à emergência de políticas neoliberais.

Quanto à reestruturação produtiva, o acúmulo de análises recentes tornaria repetitivas, para o intuito deste texto, considerações mais gerais.⁹ Destacam-se algumas características fundamentais do processo por que passam as economias capitalistas, em resposta à crise estrutural do capitalismo que se seguiu às três décadas

⁸ Citado em Savage & Milles, 1994.

⁹ A melhor análise em português sobre os impactos da reestruturação no mundo do trabalho é a de Antunes, 1999.

de prosperidade do pós-guerra, particularmente as que afetam mais diretamente as relações de trabalho. Citamos: a) a nova fase da internacionalização do capital, cuja face mais visível é o capital financeiro especulativo, ao qual os capitalistas recorrem em maior escala para investimentos, dada a queda da taxa de lucro no setor produtivo, mas que é também marcada, no nível da produção, por uma integração em escala planetária do processo produtivo das grandes empresas transnacionais; b) o encolhimento industrial, no que se refere ao percentual da população economicamente ativa empregada no setor secundário das economias de industrialização avançada (com uma ampliação, não na mesma escala, do emprego em serviços) e à participação do setor na formação das rendas nacionais, embora em paralelo tenha se dado a industrialização acelerada de outras áreas do globo; c) a introdução, com inédita rapidez e generalização, de novas tecnologias poupadoras do tempo de trabalho necessário; d) as mudanças nas técnicas de gerenciamento do trabalho e da produção, com incentivo à polivalência do operário, bem como o estímulo a novas formas de colaboração entre capital e trabalho no âmbito da empresa, através de estratégias gerenciais de compromisso dos trabalhadores com o aumento da produtividade.

Em paralelo, teve lugar uma generalização das políticas neoliberais, como complemento estatal às mudanças nas empresas. Tal avanço do neoliberalismo foi caracterizado pela retirada do Estado de setores produtivos, embora seu papel de arrecadação, controle da força de trabalho e agente regulador das taxas de câmbio, juros e do mercado financeiro continue a ser estratégico para o capital, desmentindo a idéia de um “Estado mínimo”. A face principal do neoliberalismo quando aplicado à ação estatal, entretanto, foi constituída pela redução das políticas sociais compensatórias e derrubada das garantias legais dos “direitos trabalhistas” – limites à exploração direta do trabalho pelo capital, conquistadas pelas lutas dos trabalhadores nos últimos dois séculos.

Diante de tantas transformações, ocorreu, por certo, uma mudança na composição da classe trabalhadora, processo contraditório que significou, em alguns casos, um crescimento considerável das exigências de qualificação do trabalhador e, em outros, um retorno às formas mais selvagens de exploração da mão-de-obra, como o trabalho infantil, ou o análogo à escravidão. As marcas mais visíveis de um quadro geral de precarização das relações de trabalho são: o emprego de um número cada vez maior de mulheres, com salários inferiores aos pagos aos homens nas mesmas posições no mercado de trabalho; as formas de contratação temporária ou por tempo parcial (muitas vezes autorizadas por reformas neoliberais da legislação trabalhista); os processos de “terceirização”; o crescimento do trabalho “informal”; e, principalmente, a elevação generalizada das taxas de desemprego aberto.

Os impactos de tal processo sobre os sindicatos foram evidentes. Entre outros motivos, porque: para conter as mobilizações, comparações internacionais de produtividade e novas propostas de “trabalho participativo”, ou seja, de colaboração entre capital e trabalho, foram associadas à ameaça de desemprego; houve transferência de plantas para áreas de menor atividade sindical; há uma crescente desregulamentação do mercado de trabalho; encolheram os setores tradicionalmente estruturantes do sindicalismo operário típico (como os metalúrgicos), e tudo isso se refletiu

em fragmentação das organizações e diminuição da filiação sindical, em várias partes do mundo. Também os partidos da classe, em suas variantes social-democrata/trabalhista ou comunista, sofreram um retrocesso em peso político-eleitoral nos países da Europa Ocidental na década de 1980, algo que se acentuaria a partir de 1989, com a queda dos regimes do Leste Europeu, que serviam de referência para tais partidos (como modelo para os comunistas ou como alternativa mais radical à qual os social-democratas se antepunham, afirmando ser possível evitar através de reformas que não alterassem profundamente a estrutura social). O reerguimento eleitoral dos partidos social-democratas/trabalhistas, bem como de algumas agremiações partidárias originadas dos antigos partidos comunistas, deu-se à custa de sua completa domesticação pelos princípios neoliberais (“não há alternativas”, repete o coro).

Frente a esse quadro de transformações econômicas e políticas profundas, uma tendência de análise começou a se esboçar, ganhando corpo entre os cientistas sociais europeus nos anos 1980. Diante das transformações na organização da produção, de mudanças na composição da classe e de recuo das instituições e caminhos de ação política operária tradicional, muitos falaram em um esgotamento das possibilidades de analisar a realidade social contemporânea (quando não analisar o social em geral) e de propor alternativas políticas a partir de critérios de classe.

Para alguns, as mudanças indicariam o fim da centralidade do trabalho, no seu uso como categoria de análise ou na experiência de vida da maioria da população. Para explicar esse fenômeno, costuma-se recorrer a um argumento “em cascata”: entre o contingente de aptos ao trabalho, em cada país de industrialização avançada, são minoria os que trabalham (aposentados, estudantes, donas-de-casa, entre outros grupos, somam a maioria); entre estes, muitos têm empregos irregulares, ou vivem de pequenos negócios e trabalho por conta própria, além dos desempregados por muito tempo; e entre os que trabalham regularmente, seria cada vez menor a jornada de trabalho necessária à manutenção do ritmo de produção, criando uma expectativa por férias, lazer e vida familiar que consome a maior parte do tempo e das preocupações desses trabalhadores. Claus Offe foi um dos autores a teorizar sobre o fim da “sociedade do trabalho”, afirmando que:

“as formas contemporâneas de atividade social normalmente designadas como ‘trabalho’ não têm uma racionalidade comum nem características empíricas compartilhadas, e [...] nesse sentido o trabalho não é apenas objetivamente amorfo, mas também está se tornando subjetivamente periférico.” (Offe, 1989, p. 194)

Por isso, para Offe, as ciências sociais estariam desafiadas a lançar as bases de uma nova perspectiva de análise:

“Uma teoria dinâmica da mudança social deve procurar explicar por que a esfera do trabalho e da produção, em consequência da ‘implosão’ de seu poder de determinar a vida social, perde sua capacidade de estruturação e de organização, liberando

assim novos campos de ação caracterizados por novos agentes e por uma nova forma de racionalidade.” (OFFE, 1989, p. 197)

Para outros analistas, o mesmo quadro de transformações estruturais e de declínio das organizações e formas de ação tradicionais do operariado indicaria principalmente o esgotamento da proposta de transformação social centrada nos trabalhadores como atores principais. As novas tecnologias abririam a possibilidade de uma redução do tempo de trabalho e a construção de uma sociabilidade plena de significados fora do ambiente do trabalho. Os protagonistas de uma mudança desse tipo, no entanto, não seriam os trabalhadores, mas, conforme André Gorz, seriam “a não-classe dos não-trabalhadores”. Para Gorz:

“O marxismo está em crise porque há uma crise do movimento operário. Rompeu-se, ao longo dos últimos vinte anos, o fio entre desenvolvimento das forças produtivas e desenvolvimento das contradições capitalistas. [...] Na verdade, o desenvolvimento do capitalismo produziu uma classe operária que, em sua maior parte, não é capaz de se tornar dona dos meios de produção e cujos interesses diretamente conscientes não estão de acordo com uma racionalidade socialista. É esse o ponto em que estamos. O capitalismo deu nascimento a uma classe operária (mais amplamente: um salariado) cujos interesses, capacidades e qualificações estão na dependência de forças produtivas elas mesmas funcionais apenas com relação à racionalidade capitalista.” (GORZ, 1987, pp. 25-26)

Pode-se argumentar que esse tipo de análise, típico dos anos 80, foi confrontado com os fatos nos anos 90. Em primeiro lugar, porque as inovações tecnológicas, além de enxugarem quadros, se fizeram acompanhar, não de redução, mas de uma intensificação do ritmo da produção e mesmo da jornada de trabalho dos que permaneceram na produção. Em segundo lugar, porque as tradicionais rotinas fordistas de produção reatualizaram-se em novos domínios, adaptando-se a certas áreas do comércio e dos serviços.¹⁰

Por outro lado, as múltiplas e precárias formas novas de trabalho mantêm intacta a desigualdade econômica fundamental a que se referia Marx, em suas obras já comentadas. O convívio “pacífico” – pacífico para o capital – entre desemprego estrutural e ampliação do trabalho infantil em todo o mundo, para ficarmos apenas em um exemplo contrastante, atesta que a velha divisão entre exploradores e explorados está longe de ter sido superada. Pelo contrário, a nova diversidade da classe trabalhadora (com diferenças entre trabalho formal, informal, precário, terceirizado, eventual, diferenças de gênero etc.) não pode ser compreendida senão nos marcos da luta de classes. É no interior das estratégias do capital para elevar a “produtividade”

¹⁰ Beynon cita o exemplo dos tempos rígidos e da rotina de divisão de tarefas da rede de lanchonetes MacDonalds, para ilustrar essa permanência de certas características fordistas em áreas não industriais, no texto “As práticas do trabalho em mutação”. In Antunes, 1997, p. 14.

do trabalho – ou seja, elevar o grau de exploração – que podemos entender o esforço para diversificar as formas de extração do sobretrabalho, criando novas fragmentações e novas dificuldades para as organizações representativas dos trabalhadores.

Finalmente, é bom lembrar que o alegado desaparecimento do papel central das organizações de classe, em função do recuo dos sindicatos e partidos de esquerda tradicionais apresentado como corolário das teses sobre o fim da centralidade do trabalho e dos trabalhadores, foi desmentido quando do surgimento de movimentos sociais fortes, centrados na representação sindical – como as greves européias da segunda metade dos anos 1990, iniciadas por uma grande greve francesa na virada do ano de 1995 para 1996.¹¹ Não desprezível, embora não necessariamente protagonista, tem sido também o papel dos sindicatos nos movimentos contra a globalização e as guerras imperialistas, que assumiram maiores proporções no início do século XXI e cuja expressão mais visível é a realização dos Fóruns Sociais Mundiais. De fato, são dados sensíveis tanto o declínio do protagonismo do setor operário da classe trabalhadora quanto a ascensão de movimentos sociais cujo centro não é o local da produção. Porém, retomando a caracterização da reprodução (cada vez mais) ampliada do capital, nada nos autoriza a desprezar o sentido anti-capitalista que tais movimentos podem assumir, tampouco a negligenciar o potencial protagonista da classe trabalhadora em sua dimensão ampliada (que inclui, por óbvio, precarizados e desempregados).

Mais importante, porém, é marcar os limites teóricos daquelas interpretações que anunciaram o fim da classe como fenômeno histórico e, portanto, a inutilidade do conceito para a análise da sociedade. É possível perceber que a maior parte dessas análises percorre um caminho direto que vai do contexto aos produtos (ou das causas às consequências). Das transformações no nível econômico-estrutural – entendidas como 3ª Revolução Industrial; novo padrão toyotista de organização da produção; ou simplesmente inovação tecnológica – decorreriam mudanças sociais e políticas profundas. Entre essas mudanças, destacar-se-iam: um declínio quantitativo associado a uma alteração qualitativa do contingente operário, bem como uma crise de identidade operária. No fundo, por mais sofisticados que tais analistas se proclamem e por mais distante que a maioria pretenda se colocar do marxismo chamado ortodoxo, seus pressupostos de análise são os mesmos que derivam mecanicamente das determinações estruturais (mudanças econômico-tecnológicas), o comportamento social dos grupos sociais. Trata-se aqui de economicismo, ou mais restritamente, determinismo tecnológico.¹²

Por isso recorremos à afirmação da dimensão ampliada da reprodução do capital, que gera um desenho das classes sociais e de seus conflitos muito mais amplo do que simplesmente o originado nos locais de trabalho, conforme a análise já comentada de Bensaid, derivada de sua leitura de *O Capital* de Marx. Ou recordamos, também, as já citadas críticas variadas da tradição marxista mais próxima ao economicismo, para refutar as teses do fim da centralidade do trabalho. Ou ainda retomamos o alerta de Thompson, baseado em Marx, de que em vez de uma

¹¹ Abordei esse movimento em Mattos, 1997. E também em Mattos, 1998.

¹² Para uma crítica do determinismo tecnológico e sua incompatibilidade com a obra de Marx, ver Wood, 2003, especialmente o quarto capítulo da primeira parte.

primazia do “econômico” – que toma tudo o que não se resume ao padrão de desenvolvimento das forças produtivas à posição de reflexos secundários – o estudo da formação de classe deve estar atento à “simultaneidade da manifestação de relações produtivas particulares em todos os sistemas e áreas da vida social” (THOMPSON, 2003, p. 254).

Fatores como a maior presença da força de trabalho empregada nos serviços, a participação paritária das mulheres no mercado de trabalho, o grande número de pessoas que vivem entre o emprego e o desemprego (e entre mercado formal e informal de trabalho, entre trabalho em tempo parcial e integral etc.) podem ser mais bem entendidos assim como elementos que, embora não possam nem devam ser desprezados, indicam não o fim, mas uma mudança no perfil da classe, uma nova etapa da sua formação (ou uma reformação), como outras que ocorreram ao longo dos últimos dois séculos da história da classe trabalhadora e de suas lutas contra o capital (SBEYNON, 1995, p. 16).

BIBLIOGRAFIA

- Ahmad, Aijaz. *Linhagens do presente*. São Paulo, Boitempo, 2002.
- Antunes, Ricardo (org.). *Neoliberalismo, trabalho e sindicato. Reestruturação produtiva no Brasil e na Inglaterra*. São Paulo: Boitempo, 1997.
- Benjamin, Walter. “Teses sobre a História”. In: *Obras Escolhidas*. Vol. 1, 2ª. Ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- Bensaid, Daniel. *Marx o intempestivo: grandezas e misérias de uma aventura crítica (séculos XIX e XX)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

- Briggs, Asa. "The language of class in early nineteenth century England". In: Briggs, A. e Saville, John (orgs.). *Essays on labour history*. London: Macmillan, 1960.
- Dennis, N.; Henriques, F. & Slaughter, C. *Coal is our life*. Londres: Tavistock, 1969 (1ª ed., 1956).
- Goldthorpe, John H. et al. *The Affluent Worker: industrial attitudes and behavior*. New York: Cambridge University Press, 1968.
- Gorz, Andre. *Adeus ao proletariado: para além do socialismo*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987.
- Gramsci, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. (Caderno 13), vol. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- Hobsbawm, Eric. *Mundos do trabalho*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- Hogart, Richard. *As utilidades da cultura*. Lisboa: Presença, s.d. (1ª ed. inglesa, *The uses of Literacy*, 1958).
- Kautsky, Karl. "The Class Struggle (Erfurt Program)". 1892. Conforme: <http://www.marxists.org/archive/kautsky/index.htm>, acessado em 6/10/2004.
- Lenin, V. I. "Una Gran Iniciativa". In *Obras escogidas*. Moscou: Progreso, s.d.
- Lições de filosofia marxista-leninista. Metodologia*. Moscou: Edições Progreso, 1984. (1ª ed. 1975)
- Löwy, Michael. *A teoria da revolução no jovem Marx*. Petrópolis: Vozes, 2002. (1ª ed. francesa, 1970)
- Marx, Karl & Engels, Friedrich. "Manifesto do Partido Comunista". In: *Marx e Engels. Obras escolhidas*. Tomo I. Moscou/Lisboa: Progreso/Avante, 1982.
- Marx, Karl e Engels, Friedrich. *A ideologia alemã (Feuerbach)*. 5ª ed., São Paulo: Hucitec, 1986.
- Marx, Karl. *O 18 de brumário de Louis Bonaparte. Obras Escolhidas*, vol. 1. Moscou: Progreso; Lisboa: Avante, 1982.
- Marx, Karl. *O Capital*. São Paulo: Abril Cultural, 1985.
- Mattos, M. B. Política sindical. In: Mendonça, Sônia R. de e Motta, Márcia M. M. (orgs.). *Nação e poder: as dimensões da História*. Niterói, EdUFF, 1998.
- Offe, Claus. *Capitalismo desorganizado*. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- Plekhanov, G. V. *The Materialist Conception of History*. 1891. Conforme <http://www.marxists.org/archive/plekhanov/1897/history/part1.htm>, acessado em 6/10/2004.
- Samuel, Raphael (ed.). *Historia popular y teoría socialista*. Barcelona: Crítica, 1984.
- Savage, Mike & Miles, Andrew. *The Remaking of the British Working Class. 1840-1940*. Londres: Routledge, 1994.
- Sewell Jr., *Work & Revolution in France. The Language of Labor from the Old Regime to 1848*. New York: Cambridge University Press, 1980.
- Stálin, J. V. *Dialectical and Historical Materialism*. 1ª ed: 1938. Conforme <http://www.marxists.org/reference/archive/stalin/works/1938/09.htm>, visitado em 30/9/2004.
- Thompson, E. P. *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987 -1988, 3 vols. (1ª ed. inglesa, *The Making of the English Working Class*, 1963)
- Thompson, E. P. *A miséria da teoria, ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- Thompson, E. P. *Costumes em comum*. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.
- Thompson, E. P. *Tradición, Revuelta y Consciencia de clase*. 3ª ed., Barcelona: Crítica, 1989.
- Thompson, E. P. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas: Ed.Unicamp, 2001.
- Weber, Max. *Economia e sociedade*. Brasília: EdUNB, 1992.
- Williams, Raymond. *Marxismo e literatura*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
- Wood, Ellen Meiksins. *Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico*. São Paulo: Boitempo, 2003.